

Introdução

Quando se reelegeu presidente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2006, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva apresentava resultados numéricos semelhantes ao do pleito de 2002. Aqui como lá, vencia os concorrentes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com uma margem de cerca de vinte milhões de votos. Além disso, em ambos os pleitos, a vitória veio apenas no segundo turno. Em 2002, o PT teve 46% dos votos no primeiro turno e 48% em 2006. As semelhanças também se repetem no segundo turno, com 60,8 em 2002 e 61,2% em 2006. Por baixo do véu dessas cifras, que denotam extrema estabilidade e continuidade dos padrões de voto nas eleições presidenciais brasileiras, pode ser encontrado um vasto debate na ciência política brasileira sobre um possível processo de realinhamento eleitoral entre 2002 e 2006, com mudanças significativas nas bases de apoio do PT.

Mediante o uso de estratégias metodológicas variadas, diversos autores constataram que, de maneira comparada, a distribuição espacial do voto em Lula e o perfil de seu eleitorado se modificaram. O exame das duas eleições fundamentado no emprego de técnicas de análise de dados agregados (HUNTER; POWER, 2007; NICOLAU; PEIXOTO, 2007; SOARES; TERRON, 2008; ZUCCO, 2008) ou de investigações no nível individual (RENNÓ; CABELLO,

2010; BOHN, 2011; ZUCCO; POWER, 2013) conduziram a um só diagnóstico: o novo eleitorado do presidente era composto por cidadãos com baixos níveis de renda e escolaridade, sobretudo das regiões Norte e Nordeste do país – onde o candidato tampouco o PT não contavam com tanto respaldo eleitoral. Era a chegada do PT na periferia, outrora dominada por forças políticas ditas populistas ou conservadoras (SINGER, 2000).

O quadro que então se delineava ensejou especulações acerca de um possível realinhamento – evento que elucida a alteração das clivagens eleitorais, definindo um longo ciclo político. Conquanto o conceito importado da literatura norte-americana não fosse uma novidade entre os politólogos nacionais (LAVAREDA, 1999; FREIRE, 2002), os postulados ganharam um impulso maior quando sugeridos por Singer (2009). No Brasil, o acontecimento é resultado daquilo que chama de “lulismo”: “um realinhamento político de estratos decisivos do eleitorado” e “expressa um fenômeno de representação de uma fração de classe [o *subproletariado*] que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização” (p. 83-84).

Os motivos para a conversão em pauta teriam um duplo sentido: de um lado, a aproximação dos grupos sociais de “baixíssima” renda, que foram beneficiados pelas conquistas

materiais provenientes dos programas de governo; de outro, o concomitante afastamento dos setores de classe média por conta da vinculação do mandato ao escândalo do “mensalão”, em maio de 2005, e de um “cerco político-midiático ao presidente” (Ibidem, p. 84). Ademais, o autor propõe a existência de um arranjo ideológico para o lulismo, característico do fragmento de classe representado, marcado pela “expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida” (p. 84)¹.

Tal configuração ideológica, na leitura de Singer, se ajusta a uma perspectiva histórica do comportamento eleitoral dos cidadãos de estratos sociais menos favorecidos. Em sua leitura dos fatos, no escrutínio presidencial de 1989, assinalou “a interpretação de que os eleitores mais pobres buscariam uma redução da desigualdade, da qual teriam consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, evitando movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem” (p. 87). Como resultado, essa parcela destinou seu sufrágio a Fernando Collor e se distanciou de Lula, cuja imagem estava estreitamente atrelada a greves e levantes trabalhistas. Ou seja, as ambições do *subproletariado* continuam idênticas, porém encontraram na liderança petista um articulador ideal. De certa forma, afirmações desse tipo põem em xeque a própria ideia de realinhamento, indicando continuidade de demandas e inclinações do eleitorado (RENNÓ; CABELLO, 2010, p. 44). Se algo novo existe nesse movimento, está na conversão de elites aos discursos e pretensões dominantes nas massas. Quem muda é o PT e há indícios claros disso em 2002, como nos deixa clara a famigerada “Carta ao Povo Brasileiro”.

Sendo assim, a pergunta central é: se há realinhamento, quando exatamente ele começa e o que o gera? Aparentemente, com base no dito anteriormente, o começo desse processo antecede 2002. Como argumentaremos logo a seguir, o conceito de realinhamento, em seu tratamento corrente no Brasil, sofre de um empobrecimento conceitual, uma tentativa exagerada de simplificá-lo, que contribui para as contradições já mencionadas.

O objetivo deste artigo é, portanto, oferecer uma explicação mais detalhada sobre o conceito de realinhamento, com a ambição de apontar elementos ausentes no uso corrente do conceito no Brasil. Prevalece aqui o entendimento de que a terminologia foi adaptada ao panorama político nacional sem maiores apresentações. Nesse sentido, convém revisar e esclarecer essa noção e as múltiplas teorias que a rodeiam. A tentativa de inspeção se justifica como auxílio para o avanço de futuras pesquisas empíricas. Nesse sentido, argumentamos que foram ignoradas as concepções, no plural, de realinhamento no debate brasileiro.

As múltiplas referências geraram um cenário de obscuridade acerca de seus indicadores, fato reconhecido pelo próprio Singer (2012). Sem se ocupar com as minúcias dessa noção, enunciou o interesse pela “ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar” (p. 13-14). Enxergou no país uma conjuntura semelhante a que tivera Roosevelt em 1932. Diante desse painel, todavia, cabem algumas perguntas: afinal, a teoria edificada nos Estados Unidos serve ao contexto brasileiro? Quais seriam as causas desse fenômeno? E suas consequên-

1 Sobre o arranjo ideológico, Rennó (2010) discorda de Singer e afirma que “os lulistas não representam um novo realinhamento político-ideológico, com base em classe e ideologia, como argumenta Singer” (p. 40). São, sim, eleitores não alinhados, que votam baseados em suas avaliações retrospectivas do desempenho do governo e sem maiores inclinações ideológicas.

cias? E quanto aos tipos de realinhamento, existe mais de um? As respostas dessas e de outras questões são, pois, o objetivo das linhas que se seguem.

Com a intenção de suprir essa lacuna, este artigo se divide em quatro partes. Na primeira, são consideradas as origens do termo, relacionando-o com as pesquisas em voga durante as décadas de 1940 e 1950 nos EUA. Posteriormente, as confusões conceituais ligadas aos tipos, causas e consequências das teorias ganham destaque. A terceira seção enfatiza a periodicidade, a fim de contextualizar o leitor à situação política estadunidense. Nos comentários finais, algumas palavras sobre o conteúdo levantado e acerca da pertinência dos estudos de realinhamento para o caso político brasileiro.

Origens da teoria

Segundo Rosenof (2003), o percurso inicial da teoria do realinhamento seguiu um rumo alternativo aos estudos de comportamento eleitoral realizados nas décadas de 1920 e 1930 nos Estados Unidos, embora as matrizes desses caminhos estivessem entrelaçadas. Isso porque as pesquisas eleitorais da época ganharam força na ciência política norte-americana na esteira de uma mudança de paradigma conhecida como *behaviorismo* (PERES, 2008). A nova corrente trazia consigo a ideia de uma busca por maior cientificidade e de afirmação das análises empiricamente orientadas. Com efeito, a ruptura com o *institucionalismo* então vigente viria acompanhada de alterações de foco analítico e metodológico: o

exame das condutas dos votantes passou a ser pensado conforme uma dinâmica *processual*, relegando as *estruturas* a um segundo plano; de maneira correlata, a introdução de ferramentas metodológicas ligadas à estatística comportava diagnósticos voltados para a compreensão das mudanças políticas, privilegiando o dinamismo dos fenômenos observados.

Assim, a partir de investigações quantitativas, em especial de dados agregados, os temas do momento – campanhas, assuntos políticos (*issues*), candidatos e vinculações causais – eram submetidos ao escrutínio de especialistas, que tratavam os resultados das urnas à luz das particularidades dos pleitos específicos. Contudo, o mote de divergência da teoria do realinhamento se apoia justamente nesse ponto: ao invés de considerar as votações como fatos efêmeros, o modelo pretende amalgamar as séries eleitorais e dar-lhes significados em um contexto mais amplo.

Se a maneira de olhar o escopo temporal acusa a distinção das duas perspectivas, o ajuste das ferramentas desenvolvidas naqueles anos forneceu o suporte necessário para o surgimento de hipóteses de natureza macro, postas à tona no alvorecer das eleições de 1948². Antes, no entanto, vale explicar que, historicamente, o Partido Republicano (GOP)³ ocupava o posto de legenda predominante e suas sucessivas derrotas na década de 1930 para o Partido Democrata foram atribuídas pelos cientistas políticos a um ambiente de crise, decorrente das complicações ocasionadas pela quebra da Bolsa de Nova York, e em virtude da liderança pessoal do presidente

2 Em estudo sobre a teoria do realinhamento, Rosenof (2003) sugere que a primeira análise do tipo partiu do jornalista Samuel Lubell, em 1952. Lubell recusa a noção de um tradicional predomínio do Partido Republicano e adverte para uma alternância cíclica nas eleições norte-americanas na década de 1940.

3 Grand Old Party (GOP) é um termo comumente usado nos EUA para fazer referência ao Partido Republicano.

Franklin Roosevelt⁴. A vitória, em 1948, de Harry Truman, consolidando o sucesso dos Democratas, sobre Thomas Dewey, Republicano, punha em xeque as noções correntes e autorizava novas interpretações da conjuntura política estadunidense (ROSENOF, 2003).

Diante desse pano de fundo, Key Jr., politólogo radicado na Universidade de Chicago, lança o artigo “A theory of critical elections”, em 1955. De maneira introdutória, ele usava dados eleitorais do período de 1896 a 1928, apurados na região da Nova Inglaterra, para afirmar que as eleições são eventos que diferem em tipos, significados e consequências. A abordagem comparativa servia ao intento de mostrar que, vez por outra, a cena política se abria a ventos renovadores, cujos sopros estimulariam uma reorganização das elites partidárias, dos segmentos sociais e dos programas de governo. Dessa forma, as disputas políticas em períodos de grandes acontecimentos – nos casos da Guerra Civil, da crise do final do século XIX (que iremos retomar a seguir) e da Grande Depressão – ensejam a construção de novas lealdades, ao passo que fomentam um maior engajamento dos cidadãos.

Key (1955) descreve essas ocasiões como conjuntura de *eleições críticas*, segundo as quais os votantes estão “profundamente comprometidos, à medida que o envolvimento eleitoral fica acima da média, e cujos resultados decisivos revelam uma grande alteração nas clivagens pré-existentes do eleitorado” (p. 4, tradução nossa). Ademais, o produto desse quadro é o *rea-*

linhamento, ou seja, a mudança nas bases eleitorais dos partidos que “persiste por várias eleições subsequentes” (Ibidem). Nesse sentido, há de se ter em conta o destaque dado à dimensão da *durabilidade* como característica basilar do conceito em questão.

No caso brasileiro, quais hipóteses poderiam ser levantadas acerca das junções críticas que motivaram a formação do atual perfil ideológico do eleitor, que combina ordem e justiça social, leia-se redistribuição de renda? Alguns suspeitos emergem: a concentração de renda no período militar e o caos financeiro, fiscal e monetário da Nova República são candidatos natos a entendermos a combinação proposta por Singer.

Voltando aos Estados Unidos, não muito distantes de Chicago, outras teorias ajudavam a sedimentar as contribuições de Key. No final dos anos 1950, em Michigan, um grupo de pesquisadores, capitaneados por Angus Campbell, apresentava importantes aportes aos estudos dos determinantes do voto em solo norte-americano. No modelo indicado, o indivíduo se constitui como a unidade central de análise, mediante a qual são colhidas informações com o objetivo de compreender as motivações e crenças dos cidadãos. Essas componentes conformam as variáveis intervenientes entre fatores subjetivos e as circunstâncias objetivas em que repousam os atores (CASTRO, 1992).

Para chegar diretamente aos agentes, uma técnica de coleta de dados por amostragem, o *survey*⁵, dava carne às investigações

4 Roosevelt foi o único presidente norte-americano a se eleger por mais de dois mandatos. Chegou à presidência em 1932 e só saiu do cargo em 1945, quando faleceu.

5 *Survey* é um tipo de metodologia de pesquisa quantitativa, normalmente realizada com o auxílio de um questionário, visando à obtenção de informações acerca de características, ações ou opiniões de um segmentado populacional, indicado por um representante do grupo-alvo (FINK, 1995).

apoiadas na corrente psicossociológica⁶. O despertar da metodologia enunciava que “indivíduos semelhantes do ponto de vista social e de atitudes tendem a ter comportamentos políticos semelhantes, a votarem na mesma direção, independente dos contextos históricos” (FIGUEIREDO, 2008, p. 26). Se as respostas das urnas suscitavam limitações e apenas divulgavam os retornos dos sufrágios, o procedimento ajudava a perceber *como* e *por que* ocorriam os desenlaces eleitorais.

Grosso modo, as descobertas de Campbell e companhia atribuem ao ambiente social imediato, sobretudo à composição familiar, as opções políticas dos eleitores. Não obstante, as atitudes seriam fruto de um processo de *socialização política* – posição que contrariava as premissas elaboradas nos anos anteriores na Universidade de Columbia. Em *The People's Choice* (1944), Paul Lazarsfeld, expoente austríaco da escola, sublinhou a importância das características sociais na determinação das preferências políticas. Empregando um *survey* com margens mais limitadas, restritas a uma comunidade de no condado do estado de Ohio, Lazarsfeld constatou a baixa influência das campanhas e dos veículos de mídia em geral, na formação das escolhas dos votantes. A estabilidade das inclinações levou o autor a imputar à dinâmica de classe e às práticas ocupacionais o fator primordial dos votos dos cidadãos. A corrente sociológica, inaugurada nesse enredo, deixava a política a reboque dos determinantes sociais, refletindo a lógica de estudos realizados na Europa Ocidental. Por conseguinte, a participação política poderia ser esclarecida pela conjuntura socioeconômica e cultural e pelo intercâmbio dos agentes em grupos sociais específicos.

Embora ambas as escolas postulassem a *estabilidade* das preferências políticas, Michigan, ao focar o indivíduo e não os grupos sociais, emitia resoluções diferentes daquelas produzidas em Chicago. Na lente de observação desses estudos, a psicologia, a personalidade e as percepções individuais sobrepunham os contornos socioeconômicos. As constatações, empiricamente verificadas, apontavam, de um lado, para um eleitor sem um “sentimento de classe” e, de outro, para organizações partidárias menos fincadas na homogeneidade de suas bases sociais. O coeficiente estabilizador das predileções políticas seria, então, a *identificação partidária* – isto é, a vinculação psicológica dos eleitores a um determinado partido, construída mediante o processo de socialização primária, que influencia o comportamento eleitoral, as avaliações dos cidadãos da democracia e ao funcionamento da economia.

Assim, essa constante assume na obra *The American Voter* (1964), expressão maior do modelo de Michigan, o posto de variável independente, com existência relativamente autônoma perante os alicerces indicados pela abordagem sociológica. Também nesse trabalho, Campbell et al. traçam esquemas classificatórios para as eleições, divididos em três categorias: *realinhamento*, *desvio* e *manutenção*. A primeira assinala uma mudança grande e *durável* que ocorre nas identificações partidárias. A segunda versa sobre as alterações efêmeras nesses vínculos provocadas por fatores de curto prazo – assuntos particulares de uma campanha, rumos da economia, simpatia com lideranças políticas etc. E, por último, aquelas em que o partido majoritário se mantém como força predominante.

6 Basicamente, os estudos de comportamento eleitoral se baseiam em três correntes explicativas: a da escolha racional, a abordagem sociológica e a perspectiva psicossociológica. Sobre o assunto, ver Castro (1992) e Figueiredo (2008) dentre outros.

Ainda que tenham partido de direções distintas, Key e Campbell puseram nos trilhos da ciência política a teoria do realinhamento. Nas palavras de Rosenof (2003), os pressupostos confeccionados pelos dois autores concorreram para delinear os contornos “macro” e “micro” da teoria. Decerto, os *contextos críticos*, a vinculação afetiva aos *partidos* e a *durabilidade* das escolhas, erigidas naquele momento, persistiram como os pilares de sustentação dessas interpretações, que se propunham a colocar as eleições em perspectivas históricas. A receita iniciada na década de 1950, no entanto, seria fermentada nas décadas posteriores, incorporando ingredientes adicionais e o sabor de novas nacionalidades.

Na Europa, por exemplo, a teoria entra em cena na esteira dos postulados pós-materialistas desenvolvidos por Inglehart (1977). Para o autor, as democracias industrializadas fomentariam mudanças nas prioridades do eleitorado, mais atento a valores – como a manutenção da ordem nacional ou a proteção da liberdade de expressão – e menos preocupado com a insegurança material própria às gerações passadas. Nesse ínterim, discutiam-se a emergência de partidos verdes e de uma esquerda renovada, a partir dos anos 1970, podiam levar ao enfraquecimento das clivagens tradicionais – classe e religião – e dos partidos hegemônicos (BAKER, DALTON e HILDEBRANT, 1981; KNUTSEN, 1989; ROHRSCHEIDER, 1993).

Tendo isso em vista, cabe indagar se, dado o perfil de baixa identificação partidária, inclusive dentre parte significativa dos eleitores de Lula em 2006 (RENNÓ; CABELLO, 2010), é válido falar em realinhamento no Brasil, que por definição é sempre referente a preferências partidárias. Decerto, em um país onde as legendas são pouco institucionalizadas (MAINWARING; SCULLY, 1995) e as identidades partidárias fluidas (BATISTA, 2014) possivelmente é mais apropriado pen-

sar em um não alinhamento continuado no tempo. Na melhor das hipóteses, podemos pensar em um novo alinhamento partidário que surge oriundo do fim do bipartidarismo, hegemônico no período militar brasileiro. Vale lembrar que o PT é criado no ocaso do Regime Militar e formalizado na lei que restabelecia o pluripartidarismo, a Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.

“Tipos, causas e consequências”: enfrentando as contradições

Os inúmeros trabalhos publicados que adotam a teoria do realinhamento geraram um desconcerto em torno da sistematização do conceito. Com efeito, nota-se a incidência de várias exposições operacionais e indicadores referentes à terminologia. Sundquist (1983) ratificou o cenário ao ressaltar que: “depois de um quarto de século de estudos, o conceito de realinhamento partidário está longe de ser claro. Todos os especialistas usam o mesmo termo, mas fica difícil achar dois trabalhos que usem a mesma definição” (p. 4, tradução nossa). No esforço de organizar esses significados, optou-se por dividir os postulados contidos na literatura em três categorias: *tipos, causas e consequências* do realinhamento. Nem sempre, no entanto, a distinção das categorias figura de maneira explícita.

Tipos de realinhamento

Quatro anos após introduzir a discussão na academia norte-americana, Key (1959) se voltou ao estudo dos *tipos* de realinhamento. Na sua ótica, a trajetória dos eventos em pauta segue duas versões: uma repentina, caso das já citadas *eleições críticas*, e outra com caráter gradual, envolvendo desdobramentos de longo prazo. A novidade, dessa maneira, ficava por conta do

último tipo, os *realinhamentos seculares*, ou seja, quando as alterações do alinhamento eleitoral e de agrupamentos partidários renovados resultam de um efeito cumulativo no decorrer de extensos períodos de tempo. Os exemplos de *realinhamentos críticos* seriam dos decênios de 1860, 1890 e 1930; quanto aos *seculares*, Key cita os casos do apoio paulatino de uma comunidade de origem alemã aos Republicanos, em Ohio, e de um grupo de judeus em Boston que se tornou Democrata.

Na mesma direção, outros autores tentaram qualificar o fenômeno de acordo com sua magnitude. A taxonomia de Sundquist (1983) sublinha a dicotomia *maior* e *menor* como especificação dos tipos; Clubb, Flanigan e Zingale (1980) separam as categorias em *realinhamentos históricos*, os decênios citados no parágrafo anterior por Key, e *ajustamentos (adjustments)*, referência aos contextos de mudanças menores, estabelecidas no interregno das grandes agitações; Burnham (1967) prefere a expressão *sub-realinhamento* para tratar esses eventos que se interpoem aos acontecimentos *críticos*.

Acerca do assunto, posteriormente Sundquist (1983)⁷ questionou a necessidade dessa forma de particularização. Para o autor, o *ritmo* de variação não pode ser discernido facilmente:

Resumindo, se as forças do realinhamento estão operando, elas necessariamente afetam os eleitores em tempos diferentes – não de modos semelhantes em uma mesma eleição. Por essa razão, muitos analistas agora discutem *períodos de realinhamento* ou *eras* [grifo nosso]. Em algum grau, em outras palavras, todos os realinhamentos são de longo prazo – isto é, seculares – e isso mais confunde do que facilita o tratamento de *críticos* ou *seculares* como

modos separados e não fases de um mesmo processo. [...] Ritmo de realinhamento não é um critério satisfatório para classificar os realinhamentos. Um mesmo evento pode conter fases abruptas e lentas, mas continua sendo o mesmo fenômeno, um processo de mudança. *Eleições críticas*, em suma, são episódios na maioria dos realinhamentos; mas não definem um tipo (p. 12, tradução nossa).

Além de uma crítica, o excerto ilumina o principal subsídio de Sundquist à literatura: a noção de *períodos* ou *eras* de realinhamento. Aqui, surge a ideia de que esses incidentes “atingem seu clímax em uma ou mais eleições” (p. 294). Ou seja, ao invés de conceber a cadência, mais vale considerar o fato à moda de um *continuum*; no qual ora atuam compassos súbitos, ora são acionadas tendências gradativas, que contaminam os eleitores de modo divergente conforme o percurso dos acontecimentos.

Seguindo o raciocínio de Sundquist, os realinhamentos partidários, muitas vezes apresentados como episódios nacionais, obedecem a uma lógica de *escopo geográfico* regional, já que incidem com formatos incongruentes nas diversas áreas. Isso se justifica pela constatação que algumas divisões territoriais podem exibir padrões de organização e competição partidária dessemelhantes – nos EUA, esse aspecto ocorre notadamente entre o norte e o sul. Por esse motivo, a análise há de ter em vista a desagregação dos dados, com o objetivo de realçar os distintos paradigmas de comportamento eleitoral presentes em estados, distritos e municípios.

Clubb, Flanigan e Zingale (1980), também atentos ao *escopo geográfico*, procuraram quantificar as oscilações e acrescentam duas conotações ao gênero: de *surtos (surges)* – quando, em uma situação limite, os votos de

7 O livro de Sundquist, *Dynamics of the Party System: Alignment and Realignment of Political Parties in the United States*, tem a sua primeira versão lançada em 1973. No entanto, o autor revisita sua obra dez anos depois, em 1983.

cada estado se destinam 10% a mais para os Democratas em uma eleição⁸ – e de *interações* (*interaction*) – momento em que metade dos estados se tornam 10% mais Democratas e a outra metade 10% mais Republicana do que nos pleitos passados.

Causas do realinhamento

Como foi dito anteriormente, a maior parte dos autores constataram que as causas desse determinante eleitoral repousam sobre dinâmicas exógenas, em que um “detonador” movimentam a conjuntura política e, conseqüentemente, reorganiza o equilíbrio do sistema partidário. Quanto a isso, nenhum problema. O nó górdio da questão se encontra na especificação exata do motivo da conflagração política. Afinal, qual seria a razão central dos realinhamentos? Grosso modo, os politólogos concebem os móveis desses acontecimentos mediante interpretações que se concentram em elementos políticos, econômicos e/ou institucionais.

Para alguns, o realinhamento emerge no momento em que os eleitores mudam suas lealdades partidárias e passam a se identificar com uma legenda concorrente, ou quando os não alinhados se mobilizam dentro do sistema partidário existente (BECK, 1974; SUNDQUIST, 1983). No entanto, mesmo na seara que enfoca especificamente a dimensão política, algumas divergências podem ser iluminadas, em virtude do nível de análise considerado. Por vezes, os eleitores figuram na literatura como um agrupamento individual (SUNDQUIST, 1983; DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984); em outras, são os segmentos sociais que ganham destaque (SCHATTSCHNEIDER, 1960; EIJK; FRANKLIN, 2009). Relembrando, o distan-

ciamento das perspectivas deriva das distintas influências das Escolas de Michigan e Columbia nos estudos de comportamento eleitoral. Na primeira acepção, a categoria *eleitorado* enfatiza a identificação partidária individual, definição ligada à tradição firmada em Michigan; em Columbia salientam-se as vinculações dos votantes aos grupos sociais.

De outro lado, Berg (2000), valendo-se de uma interpretação marxista da matéria, tenta balancear as dimensões políticas e econômicas tendo em vista o princípio de autonomia relativa das duas esferas, com a determinação dos condicionantes econômicos em última instância. Em suas palavras, “podemos dizer que a reestruturação econômica debilita o equilíbrio do quadro político existente, abrindo a possibilidade de um realinhamento; mas se isso de fato acontece, e a forma que a conjuntura assume, depende de determinantes políticos e ideológicos, não somente de causas econômicas” (p. 16, tradução nossa).

Burnham (1970), por fim, adiciona um fator endógeno: o funcionamento institucional, que dita a periodicidade do realinhamento. Conforme o prisma, a regularidade do espectro político é sustentada por elementos ligados à natureza dos organismos governamentais estadunidenses, em especial à separação dos poderes e aos mecanismos de freios e contrapesos (*checks and balances*). Nesses casos, o sistema socioeconômico se desenrola de uma maneira distinta das instituições eleitorais e da formação política, que não se atualizam de acordo com a dinâmica de transformação, provocando ajustes sociais defeituosos.

Assim, cabe levantar como hipótese elementos da continuidade e especificidade geográfica do realinhamento. No caso brasileiro, a discussão sobre o lulismo proposta por Singer aponta nessa direção, argumentando que a

8 Para Clubb, Flanigan e Zingale (2000), uma situação de surto ocorreu nos EUA nas eleições presidenciais de 1932.

transformação favorável à agenda do PT ocorrer em um segmento específico da população, o eleitorado de baixíssima renda. Já outros sugerem uma mudança geográfica do voto em Lula, que passa a ser predominante no Norte e Nordeste do país, associado à distribuição do Programa Bolsa Família nessas regiões (HUNTER; POWER, 2007; NICOLAU; PEIXOTO, 2007). Os indícios, portanto, seriam de mudança no eleitorado; mas, pode ser entendido como realinhamento?

Consequências do realinhamento

Quanto às *consequências*, Berg (2004) demonstra que a *estruturação das elites partidárias* tradicionais pode sofrer alterações em contextos críticos. As forças que contribuem para a reorganização de poder incluem disputas internas nas legendas, a *reestruturação de cima* e pressões externas de movimentos de massa de eleitores excluídos das esferas de controle, a *insurgência de baixo*. Na primeira, a fração hegemônica é afastada por outro núcleo, como na circunstância de formação do Partido Republicano – cuja classe dominante, atrelada ao capital industrial, tomou o lugar dos senhores de escravos que comandavam os Whigs⁹ no final da Guerra Civil norte-americana. Na segunda, as lideranças da legenda continuam relativamente as mesmas, ao passo que os revoltosos se integram a uma cúpula partidária reformada ou assistem às derrotas de suas lutas e reivindicações levadas à tona em determinado momento.

Schattschneider (1960), por seu turno, verificou que os realinhamentos são marcados por reviravoltas em termos de conflito, na *composição da agenda* da política dos EUA. Os partidos, durante os períodos críticos, discu-

tem um conjunto de novos assuntos (*issues*), e políticas de governo e a redistribuição do apoio do eleitorado acompanham o deslocamento dos embates em voga na sociedade. Avaliando os mesmos pontos de inflexão que Key, ou seja, as eleições de 1896 e 1932, Schattschneider pondera que o último pleito inaugurou transformações importantes nas políticas públicas, enquanto o pós-1986 não resultou em grandes mudanças. Também em Ladd e Hadley (1978), a conversão das lealdades partidárias aparece como resposta a alterações no contexto dos *issues* concernentes ao ambiente social e econômico. Na obra dos autores, no entanto, a renovação dos conflitos é a característica distintiva dos realinhamentos, não uma “consequência eleitoral que o fenômeno produz” (SUNDQUIST, 1983, p. 24, tradução nossa).

Burnham (1967, 1970) e Brady e Stewart Jr. (1982) mantêm o tom de crítica e defendem uma premissa semelhante. Brady (1988) afirma que “realinhamentos ou eleições críticas criam condições sob as quais as maiorias parlamentares são capazes de legislar em favor de políticas inovadoras” (p. 4, tradução nossa). Da mesma forma, Burnham (1970) expõe: “os pontos críticos estão intimamente associados e seguem as transformações em várias iniciativas governamentais” (p. 9, tradução nossa). Em outro trabalho, o autor postula o predomínio de políticas redistributivas nessas situações: “essas políticas [de redistribuição] são o coração dos períodos de realinhamento e aparecem como um de seus mais consideráveis sintomas” (Id., 1986, p. 270, tradução nossa).

O terreno caudaloso em que se sustentam as muitas teorias foi alvo central de Mayhew, em *American realignments: a critique of an American genre* (2002). No trabalho, são elencadas e testadas 15 assertivas que tan-

9 O Partido Whig foi fundado em 1833 em oposição ao Partido Democrata. Após os acontecimentos da Guerra Civil, os Whigs encerraram suas atividades e abriram espaço para a consolidação de um novo partido: o Republicano.

genciam esse universo – incluindo a magnitude de conversão dos votos, a influência de legendas que conformam uma terceira via, a polarização ideológica entre Republicanos e Democratas e os *issues* centrais das épocas. Pelos exames, Mayhew demonstra a falta de validade empírica de vários desses postulados. Não se trata, pois, de negar as modificações históricas dos partidos e do comportamento do eleitorado, mas defender o uso de interpretações alternativas para explicar as reviravoltas políticas. Em sua visão, três grandes temáticas, não contempladas, ajudam a entender melhor os rearranjos eleitorais: a belicosidade – efeito das guerras sobre a conduta do eleitor –, as questões raciais e o crescimento econômico.

Há, por conseguinte, imprecisão e inconsistência no uso do conceito de realinhamento. Das *causas* às *consequências*, passando pelas *unidades de análise* e a *tipologia*, a teoria engloba múltiplas possibilidades, sustentando mesmo enunciados contraditórios. A Tabela 1 mapeia os descompassos de entendimento dos autores citados até aqui. Vale reforçar, contudo, o caráter reduzido da exposição de uma fotografia com as muitas desarmonias suscitadas nessa literatura, que ainda não chegaram ao fim. A periodicidade dos realinhamentos, por exemplo, também ocupa uma posição fundamental no desarranjo das concepções e será retratada na seção seguinte.

Tabela 1.
Definições de realinhamento

Tipos	<p>Quanto à magnitude:</p> <p>Grandes</p> <p>Pequenos</p> <p>Quanto ao ritmo:</p> <p>Realinhamentos críticos</p> <p>Realinhamentos seculares</p> <p>Quanto ao escopo geográfico:</p> <p>surtos (surges)</p> <p>interações (interactions)</p>	<p>Referências</p> <p>(SUNDQUIST, 1983; CLUBB; FLANIGAN; ZINGALE, 1980)</p> <p>(Ibidem; BURNHAM, 1967)</p> <p>(KEY, 1959)</p> <p>(Ibidem)</p> <p>(CLUBB; FLANIGAN; ZINGALE, 1980)</p> <p>(Ibidem)</p>
Causas	<p>Fatores exógenos:</p> <p>mudanças nas lealdades partidárias do eleitorado</p> <p>reestruturação econômica</p> <p>Fatores endógenos:</p> <p>configuração institucional</p>	<p>(BECK, 1974; SUNDQUIST, 1983; DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984)</p> <p>(BERG, 2000)</p> <p>(BURNHAM, 1970)</p>
Consequências	<p>reestruturação do sistema partidário</p> <p>emergência de novos issues</p> <p>criação de novas políticas públicas</p>	<p>(BERG, 2004; CREWE, 1985)</p> <p>(SUNDQUIST, 1983; BURNHAM, 1970; BRADY, 1988)</p> <p>(BURNHAM, 1970; BRADY, 1988)</p>
Unidade de análise	<p>agrupamento individual do eleitorado</p> <p>segmentos sociais</p>	<p>(SUNDQUIST, 1983; DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984)</p> <p>(SCHATTSCHEIDER, 1960; EIJK, 1983)</p>

Fonte: Elaboração do autor

Períodos de realinhamento nos EUA

Conquanto exista um extenso debate acerca da precisão do conceito e a despeito das definições utilizadas, para os estudiosos do assunto persiste um consenso de que houve três realinhamentos maiores: o dos anos 1850, quando os Republicanos substituem os Whigs e se impõem como partido dominante; a incorporação do Partido Popular aos Democratas, fortalecendo a hegemonia do GOP; e o da década de 1930, época do New Deal¹⁰ e da guinada dos Democratas ao comando do sistema político norte-americano. Não obstante, a periodicidade da teoria não se reduz aos tempos citados e contempla outros, sobretudo 1960 e 1990 – também considerados a seguir.

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos leitores e dar uma aspecto mais “visual” à categorização, o Quadro 1 apresenta a lista dos presidentes dos EUA de 1853 a 1961, temporada dos realinhamentos consensuais – nomenclatura utilizada para evitar maiores confusões de terminologia. Na disposição do quadro cumpre assinalar que as eras exibidas refletem alguma alternância de poder entre as legendas principais do sistema partidário estadunidense. Isso se explica porque a lógica de dominação não funciona segundo um nexo de controle absoluto, mas de predomínio relativo de um partido sobre o outro, em um intervalo específico de tem-

po. Contudo, para efeito de contextualização, as épocas e suas conjunturas merecem breves apontamentos.

Primeiro realinhamento. As eleições deste período foram marcadas por um enredo de agitações abolicionistas que culminariam na Guerra de Secessão, travada entre 1861 e 1865 (SUNDQUIST, 1983). Embora correntes abolicionistas tenham entrado na arena eleitoral na década de 1840, somente nos anos seguintes a supressão da escravidão ganha o posto de debate central na política norte-americana, quando os industriais do norte passaram a lutar contra a medida.

A temática dividiu as elites, enfraqueceu as bases intersetoriais das legendas existentes – os Whigs e os Democratas – e deu oportunidade ao surgimento de um novo partido: os Republicanos, vistos como o melhor instrumento de combate à escravidão. Em 1960, Abraham Lincoln, candidato dos Republicanos, é eleito com cerca de 60% dos votos e imprime o primeiro mandato da sigla, que disputava o pleito presidencial pela segunda vez¹¹. Aqui, portanto, o realinhamento se deu na medida em que parte do eleitorado começou a destinar seus votos a uma legenda alternativa, que assumiria o papel principal do sistema partidário nas eleições subsequentes.

10 O New Deal foi um conjunto de medidas econômicas voltadas ao combate a crise que se abateu nos EUA após a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

11 A primeira disputa presidencial dos Republicanos foi em 1856, quando John Fremont alcançou 33% dos votos (BERG, 2004).

Quadro 1 Realinhamentos consensuais nos EUA

Primeiro realinhamento: 1850 – 1890		
Ano	Presidente	Partido
1853-1857	Franklin Pierce	Democrata
1861-1865	Abraham Lincoln	Republicano
1865-1869	Andrew Johnson	Democrata
1869-1877	Ulysses S. Grant	Republicano
1877-1881	Rutherford B. Hayes	Republicano
1881-1881	James A. Garfield	Republicano
1881-1885	Chester A. Arthur	Republicano
1885-1889	Grover Cleveland	Democrata
1889-1893	Benjamin Harrison	Republicano
1893-1897	Grover Cleveland	Democrata
Segundo realinhamento: 1890 – 1930		
1897-1901	William McKinley	Republicano
1901-1909	Theodore Roosevelt	Republicano
1909-1913	William H. Taft	Republicano
1913-1921	Woodrow Wilson	Democrata
1921-1923	Warren G. Harding	Republicano
1923-1929	Calvin Coolidge	Republicano
1929-1933	Herbert Hoover	Republicano
Terceiro realinhamento: 1930 – 1960		
1933-1945	Franklin D. Roosevelt	Democrata
1945-1953	Harry S. Truman	Democrata
1953-1961	Dwight D. Eisenhower	Republicano

Fonte: WHITE ROSE (2008)

Segundo realinhamento. No final do século XIX, um novo confronto expõe as diferenças socioeconômicas das regiões norte-americanas, notadamente entre leste e oeste. Dessa vez, contudo, a rezinga fortaleceu o *status quo*. À época, os fazendeiros de diversas etnias e regiões se uniram para com-

bater a conjuntura econômica vigente, que favorecia os industriais e o capital financeiro situados no leste (SUNDQUIST, 1983). Suas reivindicações, condensadas eleitoralmente no Partido Popular (People's Party), sugeriam uma reforma radical – incluindo a estatização de ferrovias, a conversão do siste-

ma monetário para o bimetalismo (Ibid.) e um plano de suporte de crédito agrário.

No entanto, segundo Berg (2000), o avanço do Partido Popular “foi atrapalhado pelo racismo no sul, e em 1896 não resistiu à pressão por se acoplar aos Democratas ao redor de uma plataforma que tinha como mínimo denominador comum a livre cunhagem da prata” (p. 18, tradução nossa). O resultado eleitoral foi favorável aos Republicanos, com a vitória de McKinley sobre Bryan (Democrata). Assim sendo, o realinhamento de 1890 sublinha que a teoria não presume necessariamente uma mudança drástica da situação política. A postura dos Democratas, aliados à terceira via que despontava, causou dividendos eleitorais significativos, que perduraram décadas a fio e solidificaram a liderança dos Republicanos.

Terceiro realinhamento. A mudança colocada em movimento na década 1930 foi ocasionada pela Grande Depressão. A quebra da Bolsa de Nova York e a política conservadora tocada pelo presidente republicano Herbert Hoover trouxeram dispendiosos custos eleitorais para o GOP. Naquela ocasião, os eleitores, sobretudo os das cidades industriais do norte, pertencentes à classe operária, saíram da égide dos Republicanos e depositaram suas esperanças no Democrata Franklin Roosevelt, que paulatinamente ajustava seu discurso rumo a programas de maior intervenção estatal na economia.

Nos dizeres de Sundquist (1983), a maioria dos votos dados aos Democratas, em 1932, abriu caminho para o realinhamento futuro, já que para se assentar o fenômeno “necessita que os votantes que mudaram seus votos permaneçam na mesma posição. Nesse caso, eles serão mais do que avessos a Hoover e apoiadores de

Roosevelt; e começarão a se pensar como Democratas” (p. 210, tradução nossa).

Realinhamentos posteriores

Se existe, de fato, alguma concordância quanto aos três realinhamentos expostos, isso não acontece em períodos posteriores. Os casos da década de 1960 e 1990 reforçam esse entendimento. Decerto, o primeiro momento figura como um dos períodos de maior agitação social da história dos EUA. A emergência e o fortalecimento dos movimentos sociais de então – sobretudo dos grupamentos feministas e em favor dos negros – e, conseqüentemente, os desafios à organização sociocultural vigente acarretaram mudanças no campo político. A luta pelos direitos civis, *issue* predominante daquele tempo, se materializou na disputa do sistema partidário e encontrou nos Democratas seu principal entusiasta. Tal ebulição política, claro, alimentou concepções que viam nesses distúrbios o prenúncio de outro realinhamento.

O olhar do já citado Burnham não deixou escapar os presságios irrompidos. Em *Critical Elections and the Mainspring of American Politics* (1970), conforme exposto anteriormente, a história política norte-americana tinha uma periodicidade central e os realinhamentos, por seu turno, assumiam padrões cíclicos. Após análise das eleições de 1800, 1828, 1860 e 1932; chegou-se à conclusão de que eles acontecem de maneira recorrente a cada geração, aproximadamente a cada trinta anos¹².

Se, aparentemente, os anos 1960 se ajustavam a essa perspectiva cíclica, não era possível apontar nenhum corte claro de

12 A regularidade dos ciclos causada pela modificação geracional aparece na conceituação de outros autores. Ver Beck (1974), por exemplo.

realinhamento partidário; ademais, os contornos da política norte-americana elucidavam o enfraquecimento das identificações e da organização dos partidos e a ausência de qualquer supremacia das legendas principais. Diante desse panorama, Burnham (1991) formulou os conceitos de “decomposição partidária (*party decomposition*)” ou “desalinhamento” com o objetivo de mostrar que houve um realinhamento crítico entre 1968 e 1972. No entanto, o evento inaugura um novo sistema, cujo elemento fundamental é a dissolução dos tradicionais elos partidários – ou seja, as outrora perenes identificações, destacadas em *The American voter*, que representam um exame datado da configuração política dos EUA.

Aldrich (1995), de outro lado, parte de um diferente ponto de vista: ainda que concorde com a ideia de que as alterações sucedidas no decênio de 1960, em especial a inauguração de um sistema partidária renovado, tenha se tornado norma nos décadas posteriores, a inexistência de migração de eleitores de uma legenda a outra força o autor a postular novas explicações. Seguindo sua argumentação, eleições que reestruturam o sistema partidário podem ser consideradas “realinhamento” na medida em que um partido menor se transforma em hegemônico. Como o fato não foi verificado, Aldrich prefere chamar de *era crítica* essa modificação do arranjo institucional.

Já no pleito de 1994 também foi cercado por especulações sobre o tema. Na ocasião, os Republicanos, pela primeira vez desde a Grande Depressão e o New Deal, conquistaram o controle das duas casas do Congresso. Dada a falta de um componente incendiário naqueles idos, Abramowitz e

Saunders (1998) alegam que em 1994 não houve uma *eleição crítica* no sentido tradicional, mas a mudança no posicionamento das legendas no que concerne a posições políticas, o que precipitou uma redistribuição de longo termo das lealdades partidárias. À vitória congressual do GOP, Abramowitz e Saunders atribuem o aumento da polarização ideológica das legendas durante a era Reagan¹³. Concluindo, enunciam que segmentos sociais conservadores, não alinhados, passaram a depositar sua confiança nos Republicanos.

Em resposta direta a esse trabalho, Putz (2002), mediante correções estatísticas da obra, acredita na “superestimação dos efeitos da ideologia política na identificação partidária do eleitorado em 1994 e na subestimação da estabilidade de suas bases” (p. 1119, tradução nossa). Para Valentino e Sears (2005), *raça e questões atinentes ao tema* desempenharam papel central nessa fase. O amálgama entre a imagem dos Democratas e a luta pelos direitos civis nos anos 1960 influenciou um movimento posterior, iniciado na década de 1980, de alinhamento dos votantes conservadores do sul aos Republicanos.

O consenso em torno de três grandes realinhamentos e as conseqüentes divergências acerca de conversões partidárias posteriores fomentam a principal carga contra a teoria: a de que o gênero deixou de ser relevante, já que o fenômeno não se repete nos EUA desde 1932 (MAYHEW, 2002). No transcorrer dos acontecimentos, a periodicidade, um dos sustentáculos centrais das interpretações, perdeu força e pôs em xeque a vitalidade desse conjunto de interpretações.

13 Ronald Reagan, do Partido Republicano, foi presidente dos EUA de 1981 a 1989. No seu mandato, foram implementadas algumas séries de medidas de desregulamentação da economia.

Considerações finais

Os conceitos mantêm como suposto fundamental a ideia de diacronia, ou seja, uma mesma palavra pode permanecer inalterada e, no entanto, o conteúdo expresso por ela modificar-se de forma significativa. Isso porque os conceitos se articulam com o contexto histórico ao qual estão inseridos, indicando, desse modo, algo que se situa para além dos fenômenos linguísticos. Por conta da possível variação de sentido, os intercâmbios entre vocábulos e seus respectivos significados são necessariamente conflituosos (KOSELLECK, 1992).

Destarte, o realinhamento é um desses termos que se encaixam perfeitamente na elucidação do historiador Reinhart Koselleck. Afinal de contas, foi concebido nos interstícios das crises norte-americanas e, a partir delas, ganhou notoriedade e um sem número de acepções. A teoria que nasce na era do New Deal e amadurece em meio aos embates sociais dos anos 1960 acompanha a trajetória sinuosa dos acontecimentos dessas épocas. Quanto aos *tipos, causas, consequências e unidades de análise* não houve grandes consensos, mas muitas ambiguidades e imprecisões.

Na literatura nacional, como pode ser notado, o realinhamento ganha força em meio a pressupostos que retiram suas características fundamentais. Se Singer (2012), repetindo a citação do início do texto, confessa se interessar apenas pela “ideia de que certas conversões de blocos de eleitores são capazes de determinar uma agenda de longo prazo, da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar” (p. 13-14), acaba ao mesmo tempo por colocar em segundo plano o tripé que sustenta e dá corpo ao fenômeno.

Dos índices centrais, apenas a noção de *durabilidade* aparece em seu trabalho, assim mesmo com uma feição prematura. À moda de uma reorganização política rooseveltiana, o lulismo seria o marco inicial, não amadurecido

nem consolidado de uma situação que *estaria por vir*. O apreço dos futuros governos, sejam petistas ou não, por medidas de redução da pobreza sem desestabilização da ordem social, sintonizadas com as expectativas de um estrato decisivo do eleitorado nacional, precisa ser verificado *a posteriori*. Há, portanto, a necessidade de comprovações empíricas ulteriores que só o transcorrer do tempo pode conceder.

De resto, nenhuma referência à *identificação partidária*, tampouco aos *contextos críticos*. A interpretação do autor se assenta em vínculos ideológicos dos eleitores com os personagens que concorreram à presidência. Recordando, o *subproletariado* que apoiou Collor, em 1989, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998, passa a ver em Lula o sistematizador de suas preferências. Os respectivos partidos, que na literatura americana serviram como estabilizadores das escolhas eleitorais, são esquecidos na leitura edificada por Singer. Talvez por não terem a mesma importância para os cidadãos americanos da primeira metade do século XX.

A dinâmica de contingência que põe em movimento as escolhas dos indivíduos, subsumida na noção de *contextos críticos*, dá lugar a uma lógica de continuidade, em que pelo menos parcela do eleitorado tem consciência mais ou menos definida do que quer. Ora, a aproximação Lula do *subproletariado* não marca a alteração do comportamento eleitoral da categoria, mas a conformação da liderança aos desejos perenes de um segmento social.

Diante dessas considerações, fica o entendimento de que o realinhamento é um fenômeno datado historicamente, circunscrito a uma conjuntura em que a conduta dos eleitores se organiza em torno de sólidas e permanentes identificações partidárias. Por conseguinte, a configuração política brasileira, com altas taxas de volatilidade eleitoral e baixo enraizamento partidário, não parece se adequar a uma análise do gênero.

Referências

- ABRAMOWITZ, A. I.; SAUNDERS, K. L. Ideological realignment in the US electorate. *The Journal of Politics*, v. 60, n. 3, p. 634-652, 1998.
- ALDRICH, J. H. *Why parties?* The origin and transformation of party politics in America. v. 15. Chicago: University of Chicago, 1995.
- ALMEIDA, A. A esquerda dos números à direita dos fatos. *Insight Inteligencia*, v. 15, p. 112-128, 2001.
- BAKER, Kendall L., Russell J. DALTON, and Kai HILDEBRANDT. *Germany transformed: Political culture and the new politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BECK, P. A. A socialization theory of partisan realignment. In: NIEMI, R. E. (eds.). *The politics of future citizens*. San Francisco: Jossey-Bass, 1974, p. 199-219.
- BERG, J. C. Marxism and the study of US Political Institutions. *Studies in marxism-political studies association marxism specialist group*, n. 8, p. 39-60, 2001.
- BERG, J. C. The Debate over Realigning Elections: Where Do We Stand Now? Paper presented at the Annual meeting of the North Eastern Political Science Association, Crowne Plaza Hotel, Philadelphia, 2006. PA Online <.PDF>. 2009-05-26 from http://www.allacademic.com/meta/p89598_index.html
- BRADY D. W. *Critical Elections and Congressional Policy Making*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1988.
- BRADY, D.; STEWART JR., J. Congressional party realignment and transformations of public policy in three realignment eras. *American Journal of Political Science*, v. 26, n. 2, p. 333-360, 1982.
- BOHN, S. R. Social policy and vote in Brazil: Bolsa Família and the shifts in Lula's electoral base. *Latin American Research Review*, v. 46, n. 1, p. 54-79. 2011.
- BURNHAM, W. D. Party systems and the political process. In: CHAMBERS, W. N.; BURNHAM, W. D. (Eds.). *The american party systems*. New York: Oxford University, 1967.
- _____. *Critical elections and the mainsprings of American politics*. New York: Norton, 1970.
- _____. Periodization schemes and "party system": the "system of 1986" as a case point. *Social Science History*, n. 10, p. 263-314, 1986.
- _____. Critical realignment: dead or alive? In: SHAFER, B. E. (Ed.). *The end of realignment?* Madison: University of Wisconsin, 1991.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W.; STOKES, D. *The American voter*. New York: Wiley, 1960.
- CASTRO, M. M. M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7-19, 1992.
- CLUBB, J. M.; FLANIGAN, W. H.; ZINGALE, N. H. *Partisan realignment: voters, parties, and government in American history*. Beverly Hills: Sage, 1980.
- COLLIER, R.; COLLIER, D. Shaping the *political arena*: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America. Princeton: Princeton University, 1991.
- DALTON, R. J.; FLANAGAN, S. C.; BECK, P. A. *Electoral change: realignment and dealignment in advanced industrial democracies*. Princeton: Princeton University, 1984.

- EIJK, C. van der; FRANKLIN, M. N. *Elections and voters*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- FERREIRA, M. et al. *Discutindo o papel do programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006*. Texto para Discussão. São Paulo: PUC-SP, 2007.
- FIGUEIREDO, M. F. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- FINK, A. How to sample in surveys. The Survey Kit (6). *Thousand Oaks (US): Sage*, 1995.
- FREIRE, A. Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário. *Análise Social*, v. 37, n. 162, p. 121-149, 2002.
- HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006. *Latin American Politics & Society*, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.
- INGLEHART, R. *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- KEY, V. O. A theory of critical elections. *The Journal of Politics*, v. 17, n. 1, p. 3-18, 1955.
- _____. Secular realignment and the party system. *The Journal of Politics*, v. 21, n. 2, p. 198-210, 1959.
- KNUTSEN, O. Cleavage Dimensions in Ten West European Countries A Comparative Empirical Analysis. *Comparative Political Studies*, 21, n. 4, p. 495-533, 1989.
- KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LADD, E. C.; HADLEY, C. H. *Transformations of the american party system: political coalitions from the New Deal to the 1970s*. New York: Norton, 1975.
- LAVAREDA, J. A. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- LAZARSELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice*. New York: Columbia University, 1968.
- LIMONGI, F.; GUARNIERI, F. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. *Opinião Pública*, 21, n. 1, p. 60-86, 2015.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (Eds.). *Building democratic institutions: Party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, p. 1-36, 1995.
- MAYHEW, D. R. *Electoral realignments: a critique of an american genre*. New Haven: Yale University, 2002.
- NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. *Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., Caxambu-MG, 2007.
- PEREIRA, F. B. A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, p. 213-244, 2014.
- PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.
- PUTZ, D. W. Partisan conversion in the 1990s: ideological realignment meets measurement theory. *The Journal of Politics*, v. 64, n. 4, p. 1199-1209, 2002.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não

alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 74, 2010.

ROSENOF, T. *Realignment: the theory that changed the way we think about American politics*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

ROHRSCHEIDER, R. New party versus old left realignments: Environmental attitudes, party policies, and partisan affiliations in four West European countries. *The Journal of Politics*, 55, n. 3, p. 682-701, 1993.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SINGER, A. Collor na periferia: a volta por cima do populismo? In: LAMOUNIER, B. (Ed.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 2000.

_____. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 85, p. 83-103, 2009.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2008.

SUNDQUIST, J. L. *Dynamics of the party system: alignment and realignment of political parties in the United States*. Washington: Brookings Institution, 1983.

VALENTINO, N. A.; SEARS, D. Old times there are not forgotten: race and partisan realignment in the contemporary south. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3, p. 672-688, 2005.

WHITE HOUSE. The presidents. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/about/presidents>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ZUCCO, C. The president's "new constituency": Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential elections. *Journal of Latin American Studies*, v. 40, p. 29-49, 2008.

ZUCCO, C.; POWER, T. J. Bolsa Família and the shift in Lula's Electoral Base, 2002–2006: a reply to bohn. *Latin American Research Review*, v. 48, n. 2 p. 3-24, 2013.

Resumo

Perdendo o fio da meada: ambiguidades e contradições na teoria do realinhamento

A teoria do realinhamento vem ganhando força como chave explicativa dos desdobramentos eleitorais ocorridos no Brasil recentemente. O fenômeno que se edifica após a vitória eleitoral de Lula em 2006 expressa a ideia de uma conversão de blocos de eleitores, determinando uma agenda de longo prazo da qual nem mesmo a oposição ao governo consegue escapar. No entanto, ao considerar a trajetória do conceito na literatura norte-americana, pode-se chegar à conclusão de que a teoria recebe, na versão nacional, um escopo reducionista, em que seus principais condutores – a *durabilidade*, a *noção de eventos críticos* e a *identificação partidária* – não são contemplados. Diante dessas evidências, fica o entendimento de que o realinhamento é um fenômeno datado historicamente, circunscrito a uma conjuntura em que a conduta dos eleitores se organiza em torno de sólidas e permanentes identificações partidárias. Por conseguinte, a configuração política brasileira, com altas taxas de volatilidade eleitoral e baixo enraizamento partidário, não parece se adequar a uma análise do gênero.

Palavras-Chave: Realinhamento Eleitoral; Lulismo; Identificação Partidária; André Singer; Eleições.

Abstract

Ambiguities and contradictions in alignment theory

The realignment theory is gaining strength as an explanatory key in the understanding of the electoral developments recently occurred in Brazil. The phenomenon, emerged in the post electoral period after the election of Lula in 2006, expresses the idea of a conversion of a block of voters, determining a long-term agenda from which not even the opposition manages to escape. However, when one considers such theory in the American literature in comparison with its Brazilian version, it is possible to conclude that the last presents a reductionist scope in which the main drivers are not sufficiently contemplated – the notions of *durability*, *critical events*, and *party identification*. In face of such evidence, the article concludes that, in the Brazilian case, the electoral realignment is a phenomenon related to a particular historical moment in which voters were organized around deep party identifications. The more general Brazilian political setting, however, with high rates of electoral volatility and low party roots, does not seem to be suited to an analysis based in such theoretical approach. **Keywords:** Electoral realignment; Lulismo; Partisan identification; André Singer; Elections.

Keywords: Electoral Realignment; *Lulismo*; Partisan Identification; André Singer; Elections.

Résumé

La perte du fil conducteur : ambiguïtés et contradictions de la théorie des réalignements

La théorie des réalignements gagne de plus en plus de force en raison des développements électoraux qui ont eu lieu récemment au Brésil. Le phénomène qui s'est installé suite à la victoire électorale de Lula en 2006, exprime l'idée d'une conversion de blocs d'électeurs. Cela a déterminé un agenda à long terme par rapport auquel ni l'opposition au gouvernement peut échapper. Cependant, lorsque l'on considère l'évolution du concept dans la littérature nord-américaine, il est possible de conclure que la théorie reçoit, dans sa version nationale, un champ d'application réduit, dans lequel ses principaux fils conducteurs - la *durabilité*, la notion d'*événements critiques* et l'*identification à un parti* - ne sont pas considérés. Face à ce constat, il est entendu que le réalignement est un phénomène historiquement daté et limité à une situation dans laquelle la conduite des électeurs est organisée autour de l'identification à un parti. Par conséquent, le contexte politique brésilien, qui fait face à des taux élevés de volatilité électorale et à un faible engagement partisan, ne semble pas s'adapter à ce genre d'analyse.

Most-clés: Réalignement des élections; *lulismo*; Identification partisane; André Singer; Élections.